

A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época (1810-34)*

A principal tese defendida pelos diversos autores portugueses e estrangeiros relativa aos factores que incidiram no atraso da indústria portuguesa a partir da primeira metade do século XIX baseia-se, fundamentalmente, no efeito pernicioso exercido pelo tratado de 1810 assinado entre Portugal e a Inglaterra. Como terei ocasião de assinalar, esta tese não sublinha correctamente os diversos elementos que intervieram no fracasso. Prova-o o facto de não aclarar o que se fez antes ou depois de 1810 para proteger a indústria nacional. Mesmo quando se analisa em pormenor a época que se estende dos fins do século XVIII até 1815-19, um factor predominante sobressai de entre os outros: apesar de o fluxo do ouro brasileiro ter conseguido escorar o défice crónico da balança comercial com o exterior, a situação permaneceu quase inalterada.

Será já na primeira fase constitucional (1820-23), quando se intentam medidas de tipo proteccionista, como a subida das taxas alfandegárias, que a situação virá a alterar-se. No entanto, o mercantilismo da grande maioria da burguesia manufactureira e financeira portuguesa pesou muito na tímida resposta industrialista, a qual teve de se articular com as novas condições comerciais surgidas nos mercados coloniais, particularmente no Brasil¹.

Ora, no meu entender, o problema do atraso industrial lusitano deve analisar-se partindo de dois factores, um dos quais é externo — a influência

* Este artigo resume parte de um dos capítulos da minha tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Complutense de Madrid, em 14 de Dezembro de 1976.

Na sua primeira versão, sob a forma de comunicação, este artigo foi lido na homenagem oferecida ao Prof. Noël Salomon, na Universidade Autónoma de Barcelona, em Abril de 1978.

Agradeço à Fundação Calouste Gulbenkian todas as facilidades que me concedeu durante a minha estada em Portugal (1972-73) para concluir a minha investigação sobre o «miguelismo» português.

¹ É esta a tese dominante entre os liberais lusitanos de 1819. Como amostra e resumo, basta consultar as memórias do embaixador e notável comerciante Jacobo Torlade Pereira de Azambuja, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), cód. 599, *Memórias Históricas*, fólio, 82 pp. Para centrar o problema nos seus termos precisos ver Armando Castro, *A Dominação Inglesa em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972, pp. 5-39. Com o objectivo de completar esta visão, é útil o livro de Samir Amin *La accumulación a escala mundial*, Madrid, Siglo XXI, 1974, pp. 53-406.

exercida pela Inglaterra sobre todos os níveis da vida portuguesa da época (colonização) — e o outro interno — a estrutura da propriedade agrária, basicamente senhorial, cujas consequências são a escassa inovação técnica, a baixa produtividade, a procura diminuta por parte dos camponeses de produtos não alimentares e a fragmentação do mercado nacional. A este último factor é necessário juntar outro, neste caso conjuntural, que é a perda efectiva do mercado colonial brasileiro, ainda antes de 1810, mas tornada realidade palpável e sentida a partir de 1815. Esta circunstância colocou Portugal em pior posição para competir no Brasil com as manufacturas procedentes dos outros países e numa situação muito precária relativamente à forte concorrência inglesa. Assim, a tímida resposta ao repto dos novos tempos passava pelo restabelecimento privilegiado das transacções mercantis com a antiga colónia (ver quadro n.º 1). A análise desta opção de preferência a outras — opção vigente até à segunda metade do século e que hipotecou o desenvolvimento do país a longo prazo — constitui o objecto deste artigo.

Valores das mercadorias portuguesas exportadas para as colónias de 1815 a 1820
(Em milhares de cruzados)

[QUADRO N.º 1]

Anos	Valores
1815	2 349
1816	2 895
1817	2 830
1818	3 350
1819	3 107
1820	2 589

Fonte: J. Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963, p. 238.

A partir de 1801-2, começaram a entrar em Portugal, legal ou clandestinamente, tecidos de algodão e de lã, ferro e quinquilharia inglesa em quantidades bastante consideráveis, o que, sem dúvida, representava um rude golpe para as domésticas e primitivas manufacturas nacionais, já que nem pelo equipamento nem pela organização produtiva podiam competir com a indústria inglesa. Esta circunstância, aliada ao movimento cíclico depressivo ou de contracção, de grande duração, que começou em 1806 — como assinalou Magalhães Godinho —, afecta necessariamente a nascente indústria portuguesa². Mas o problema fundamental que impediu o seu normal arranque — observado já pelos agraristas dos finais de Setecentos — foi o desequilíbrio agrário.

Desequilíbrio que ocasionava constantes carências de cereais, condicionando assim os meios de subsistência da maioria da população, e que era consequência da estrutura da propriedade rural dominante, que pesava

² Ver Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, 1955, pp. 279-280.

tanto sobre as formas e técnicas de cultivo — alqueive, mão-de-obra excessiva — como sobre a exploração da terra (forais). Tudo isto contribuía para encarecer a produção, fomentar o autoconsumo e travar a comercialização dos produtos agrícolas, contribuindo, assim, para o escasso poder de compra dos camponeses. E, como bem assinalava Vandelli, não era verdade que os produtos manufacturados nacionais economizassem importações do exterior, «porque se pode facilmente demonstrar que, se entram menos manufacturas estrangeiras, entra ao contrário mais trigo, milho, cevada, etc.»³. A chave da questão estava, em última instância, para todos os analistas contemporâneos, no facto de uma agricultura de baixa produtividade e oprimida pelos entraves senhoriais ser incapaz de contribuir para a consolidação da indústria nascente.

Por outro lado, consideravam imprescindível subir os direitos alfandegários sobre a importação de artigos manufacturados, para sustentar o primeiro impulso industrial, assim como se mostravam partidários do estabelecimento de pequenas oficinas nas aldeias com o objectivo de criar mão-de-obra especializada sem o abandono da agricultura, ajudando deste modo os camponeses a fazer frente ao imposto de «quarta» (tributo em espécie — pão ou vinho — que o caseiro ou o parceiro devia pagar ao dono da terra), o que contribuiria para conter a imigração e a emigração. Além disso, era necessário manter a todo o custo o fabrico de tecidos nacionais de baixa qualidade⁴.

A maior parte destes conselhos e sugestões deve-se às penas dos doutrinadores «ilustrados», cujas opiniões se dirigiam às denominadas «fábricas nacionais», estabelecidas no tempo de Pombal e dentro das mais puras concepções «despótico-ilustradas». Empreendimentos que, entre os finais de Setecentos e os princípios do século XIX, não se mostravam rendíveis tanto do ponto de vista organizativo e produtivo, como pelos custos de transporte e das técnicas empregues. O seu afundamento definitivo viria a dar-se com a perda real dos mercados brasileiros, a partir de 1810, afectando-os, de maneira determinante, a concorrência inglesa no ramo dos têxteis. Todavia, esta circunstância já se ia tornando clara durante os primeiros anos do século XIX, bastando, para o mostrar, comparar os preços dos fios de algodão ingleses com os do mesmo artigo que se fabricava em Tomar no princípio do século XIX (ver quadro n.º 2).

Observa-se claramente que dos fios mais necessários para a confecção de tecidos de algodão, como eram os de 60 a 90, só se fabricavam três tipos, de 60 a 70. Além disso, todos eram de custo muito superior aos dos ingleses.

Algo semelhante acontecia com o fabrico de papel feito a partir do algodão, elaborando-se em Portugal o de pior qualidade, enquanto era preciso importar de França, de Génova ou da Grã-Bretanha outras qualidades, melhores e com maior procura.

³ Domingos Vandelli, «Memória sobre as produções naturaes do Reino e das conquistas, primeiras materias de diferentes fabricas», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para Aditamento da Agricultura em Portugal e as Suas Colonias*, Lisboa, 1789, 5 vols., vol. I, p. 223.

⁴ BNL, cód. 610, F. J. J. Cordeiro, *Dissertação sobre a Origem da Decadência das Fábricas; sobre a Utilidade d'Administração das mais Importantes por conta da Real Fazenda; e sobre os Interesses Que Resultarão para o Estado da Creação de Estabelecimentos Fabris*, fólio.

**Comparação entre os preços do algodão ingleses
e portugueses em 1801**

(Preços em réis)

[QUADRO N.º 2]

Número de fios	Preços ingleses(a)	Preços de Tomar(a)
20	900	980
22	906	1 030
24	942	1 100
28	1 014	1 250
30	1 050	1 310
34	1 155	1 500
38	1 280	1 730
60	1 600	3 100
64	1 600	3 300
70	1 750	3 860
80	1 895	Não se fabricava
90	1 780	Não se fabricava

(a) Os preços referem-se a maços de 10 fios.

O relatório de onde se recolheram os dados é uma lista de pedido de fios entre a manufatura de tecidos de algodão de Guillot Carvalho e C.^a e a fábrica nacional de Tomar, dirigida por Timóteo Verdier.

Fonte: elaboração própria a partir de BNL, cód. 610, *Diversos Informes e Cópias sobre o Estado das Fábricas e Constituição d'Outras Novas. Experiências sobre Salitre, etc.*, anos de 1798-1803.

Perante o que foi, até agora, analisado — ainda que trabalhando sobre dados não muito significativos, mas suficientemente indicativos para darem a tônica da problemática que se pretende abordar —, parece extremamente correcta a visão dada por Acúrsio das Neves, economista contemporâneo dos acontecimentos, quando, ajuizando das causas da decadência das manufacturas portuguesas, diz: «A paz [refere-se à de 1815] restituiu aos povos a sua antiga tranquilidade, mas não lhes reparou as forças e os capitais perdidos e deixou abaladas, como estavam, todas as instituições sociais [...] perdido o mercado exclusivo das produções da nossa indústria, que era principalmente no Brasil, e não podendo elas sustentar mesmo em Portugal a concorrência das manufacturas estrangeiras», acabaram por decair⁵.

A progressiva perda do mercado brasileiro desempenharia importante papel na tomada de posição da burguesia mercantil e financeira portuguesa durante a Regeneração de 1820 (revolução política liberal, não por casualidade iniciada no Porto e secundada em Lisboa com entusiasmo), pois essa burguesia talvez pensasse que, com a sua participação e direcção «moderada» do processo revolucionário, teria a possibilidade de restaurar os antigos laços mercantis com o Brasil mediante a concessão dum estatuto de território autónomo, retardando assim a independência. Mas a perda era irreversível. A nascente burguesia brasileira pensava de maneira diferente e eram outros os seus interesses.

Os primeiros projectos de renovação técnica e as tentativas para criar indústrias adaptadas às novas condições têm os seus primeiros balbucios durante a primeira fase constitucional de 1820 a 1823. Assim, em 1822,

⁵ J. Acúrsio das Neves, *Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1820. Cito pela reedição do Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964, pp. 16-17.

em Lisboa, um grupo de conhecidos comerciantes e financeiros criou a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, que surgia para impulsionar a agricultura e a indústria nacionais⁶. Também, por esta mesma altura, começavam a ser utilizados barcos a vapor na navegação no Tejo e os seus proprietários, João Baptista Ângelo da Costa e C.^a, estabeleceram no Bom Sucesso (arrabalde lisboeta) uma oficina de construção e reparação de máquinas, a Fábrica Nacional de Máquinas Movidas por Vapor⁷.

Outro aspecto a ter em conta em qualquer arranque industrial é o da abundância e fácil acesso a minas de carvão e ferro. Sobre este ponto, depressa em Portugal se aperceberam as carências existentes, pois já em 1821 o engenheiro Sousa e Meneses assinala e aconselha a exploração das minas de ferro de Trás-os-Montes não eram rendíveis, quer em termos de tal qual se extrai da mina. Circunstância que, segundo este tratadista, haveria de permitir aos produtos de fabrico nacional competir com os preços dos produtos provenientes do exterior. Por outro lado, sustentava que as minas de ferro de Trás-os-Montes não eram rendíveis, quer em termos de produção, quer devido à má qualidade do ferro. Ora, não obstante o que Sousa e Meneses assinalava ser correcto⁸, o problema residia, em última instância, na escassa procura interna de artigos de ferro, particularmente no sector agrícola, o que originava a manutenção dum estado artesanal de fabrico e, portanto, a pouca competitividade do produto. Aliás, também neste ramo de fabrico se reflecte, desde 1815, a perda progressiva do mercado brasileiro. E que isto afectou significativamente esta manufactura — em particular as oficinas minhotas, que eram as mais importantes, pois fabricavam machados, foices, enxadas, alviões, grades, serras — vê-se com toda a evidência pelo decréscimo substancial das exportações de instrumentos agrícolas para o Brasil entre 1816 e 1826 (ver quadro n.º 3).

Como se vê pelo referido quadro, a percentagem exportada em 1819 não foi superada durante os onze anos que vão da primeira à última data; enquanto as percentagens mais baixas se verificavam em 1820-22, 1824-25, coincidindo cronologicamente com dois factos políticos relevantes: o período constitucional e a separação de direito do Brasil.

Chegaremos à mesma evidência e a resultados semelhantes se, agora com números-índices, analisarmos quantidades e valores de instrumentos agrícolas exportados nas mesmas datas e para mercado idêntico (ver quadro n.º 4). Observa-se que são os anos de 1821-22 e 1825-26 os que, tanto em quantidade como em valor, mostram os mais baixos índices de exportações.

São, pois, estes os resultados quantitativos, ainda que tenha as minhas dúvidas sobre a sua absoluta fidelidade, já que a documentação estudada somente expressa valores e quantidades globais; julgo, no entanto, que a tendência que sugerem é nítida e apoia o que até agora defendi: a escassa capacidade de reacção da indústria portuguesa — e da fracção burguesa industrialista nacional — perante a perda do Brasil.

⁶ *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. 1.º Anno*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, caderno 1, pp. 7-10.

⁷ Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas (AHMOP), Lisboa, Junta do Comércio, Leg. J. C. 24, *Declarações dos Proprietários das Fábricas acerca dos Materiais Que Consomem (1791-1834)*.

⁸ João Pereira da Silva de Sousa e Meneses, *Memoria sobre as Minas Consideradas como Fontes de Riqueza Nacional e com Particular applicação no Nosso Paiz*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1921.

**Exportação de instrumentos agrícolas para o Brasil
de 1816 a 1826**

(Percentagens sobre o total das quantidades exportadas no período)

[QUADRO N.º 3]

Anos	Percentagens
1816	10,2
1817	10,0
1818	11,8
1819	13,7
1820	6,3
1821	9,5
1822	8,4
1823	10,2
1824	5,7
1825	5,4
1826	8,8
Total	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I, fôlio 15, reverso, *Registo de Mappas, Demonstrações e Tabelas*.

Passemos à análise da incidência na balança mercantil de Portugal da independência brasileira no período entre 1815 e 1830, começando pela seda crua e semielaborada, que era, geralmente, reexportada. Assim, entre 1818 e 1822 importaram-se de diversos países as seguintes quantidades, que apresentamos em percentagens sobre a quantidade total importada durante este quinquênio:

Importações de seda crua e semielaborada de 1818 a 1822

[QUADRO N.º 4]

Anos	Percentagens
1818	12,4
1819	19,5
1820	35,6
1821	19,8
1822	12,7
Total	100,0

Cabe notar — levando em conta que a maior parte da seda importada por Portugal era, depois de elaborada, exportada para o Brasil — que a realidade do bloqueio às exportações portuguesas por parte do Brasil se impôs aos comerciantes e industriais portugueses após a euforia inicial desencadeada com a baixa das taxas alfandegárias verificada em 1820.

Mas observa-se mais claramente este facto analisando as quantidades de seda importadas entre 1814 e 1825, já que através delas se perfila melhor a evolução das relações de troca entre a metrópole e a colónia (ver o quadro n.º 6).

Evolução das exportações portuguesas de instrumentos agrícolas para o Brasil de 1817 a 1826

(Base, 1817-18 = 100)

[QUADRO N.º 5]

Anos	Quantidades	Valores
1817-18	100	100
1819-20	91,9	74,1
1821-22	81,6	75,8
1823-24	71,2	49,9
1825-26	61,6	71,5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados contidos no AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I, fólio 15, reverso, *Tabela da Importância dos Instrumentos de Agricultura e Valores, assim como de Outros Artigos de Metal, como Pregos, Ferros para Casas, etc., Exportados da Praça do Porto para o Brasil e Domínios Portugueses, entre 1816 e 1826.*

Importações portuguesas de seda em rama e semielaborada de 1814 a 1825

(Percentagens anuais em relação ao total dos doze anos)

[QUADRO N.º 6]

Anos	Percentagens
1814	8,7
1815	11,8
1816	9,8
1817	7,7
1818	5,9
1819	9,2
1820	16,9
1821	9,3
1822	6,7
1823	4,4
1824	5,8
1825	3,9
Total	100,0

Com efeito, vemos que as importações de seda crua e semielaborada alcançam as cotas mais altas em 1815 e 1820, datas que marcam precisamente a inversão da tendência para a baixa. Embora a exactidão estatística dos documentos estudados não seja muito rigorosa, permite emitir uma hipótese: que o descalabro da manufactura têxtil portuguesa e das oficinas nortenhas de utensílios de ferro está estreitamente ligado — além de outros factores, alguns deles já aqui apontados — à progressiva perda do mercado brasileiro.

Uma vez terminada a Guerra Peninsular (1808-12), o comércio grossista lusitano dedicava-se preferencialmente ao abastecimento das tropas

inglesas destacadas para o território português, à exportação dos vinhos do Porto, dos vinhos verdes e de aguardente nacional e de Cádiz, assim como à importação e posterior venda nos mercados europeus de matérias-primas de origem colonial, caso do algodão brasileiro. Entre os mercados que absorviam parte das importações de algodão, Barcelona era um dos primeiros¹⁰. A Inglaterra era a principal cliente das exportações portuguesas, seguida de perto pelo Brasil, e o resto destinava-se a outros países da Europa. Por isso, a literatura económico-comercial dos primeiros vinte anos do século XIX insiste constantemente na urgente necessidade de Portugal possuir uma poderosa marinha mercante para poder monopolizar o comércio com a colónia brasileira e dominar a indústria de salgaduras neste país. Ora, para conseguir este último objectivo, havia um sério obstáculo a vencer: Portugal não produzia sal em quantidade suficiente para se auto-abastecer.

Portugal mantinha estreitas relações comerciais com a Grã-Bretanha, mas, na verdade, totalmente desiguais, pois mais pareciam relações duma colónia com a sua metrópole do que relações entre países soberanos. Desigualdade que estava estreitamente ligada ao desequilíbrio dos factores e meios de produção internos, em consequência do atraso agrícola. E, para se fazer uma ideia desta desigualdade, basta lançar um rápido olhar à balança de 1819, comprovando que, enquanto o valor total das exportações portuguesas para a Inglaterra alcançava a cifra de 4,2 milhões de cruzados, a importação de artigos procedentes daquela nação atingia 7,4 milhões de cruzados. A um simples olhar, a diferença é francamente notável, mesmo tendo em conta a inexactidão das quantidades¹¹.

Em geral, os artigos importados da Grã-Bretanha consistiam em tecidos de lã e de algodão, instrumentos de ferro ou de aço, artigos de quinquilharia, etc. As exportações portuguesas eram matérias-primas não transformadas (algodão, pau-brasil, madeiras), vinho do Porto e de outras qualidades, laranjas, limões, anil, azeite, frutas secas, etc.

Já desde os princípios do século XIX que o problema mais espinhoso a vencer pelos exportadores portugueses era, sem dúvida, a progressiva perda do mercado brasileiro. Em 1820, com a revolução liberal triunfante, as comissões de comércio formadas pelas Cortes encararam o problema e quiseram solucioná-lo. A primeira medida tomada foi a baixa das taxas alfandegárias portuguesas, adoptada com a intenção de promover a navegação lusitana para aquela colónia. Ao mesmo tempo, pediram que fossem reduzidos os direitos de entrada pagos pelas manufacturas portuguesas exportadas para o Brasil. E pensavam que, se esta colónia desse amplas possibilidades de acesso aos seus produtos — baixando os direitos aduaneiros —, isso equivaleria a trazer de novo para Portugal (entenda-se, para os seus bolsos) «todas as vantagens que a abundância causa e remover todas as desgraças que as privações fazem sentir»¹².

¹⁰ BNL, caixa 224, fls. 460-462, 303, *Cartas Comerciais Dirigidas a António Esteves Costa, Comerciante de Lisboa, desde Abrantes (1812), Cádiz (idem) e Barcelona (1832)*. Sobre as características gerais do comércio português moderno e contemporâneo ver Frédéric Mauro, *Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

¹¹ Jacobo Torlade Pereira de Azambuja, *op. cit.*, BNL, fl. 69.

¹² *Representações Que os Negociantes de Lisboa Fizeram a favor da Indústria e Comércio Nacional*, Lisboa, 1820, p. 45.

Como primeira contrapartida à baixa das taxas alfandegárias, os comerciantes portugueses pediam que o Brasil abolisse os exorbitantes direitos que pesavam sobre as exportações de vinho português, pois que, embora tivesse preferência, ainda que teoricamente, desde 1818, a realidade é que a concorrência dos vinhos mais baratos, como o espanhol, vedava-lhe a entrada de facto. Tenha-se em conta que a exportação de vinhos ocupava um lugar preferencial no volume total das exportações para o Brasil. E, por outro lado, é certo que o vinho procedente da metrópole pagava bastante — 9600 réis por pipa —, pelo que resultava difícil competir com os de outras procedências, menos agravados na origem e com um custo de produção menor, como era o caso do espanhol. Assim, enquanto o vinho português custava no Brasil 120 000 réis por pipa, o proveniente de Espanha, incluindo os gastos de alfândega e de transporte, vendia-se a 90 000 réis por pipa, o que significava uma diferença, em relação ao primeiro, de 30 000 réis por pipa.

O elevado preço na origem do vinho lusitano — e particularmente do produzido na região duriense, precisamente o que mais se exportava — era, em primeiro lugar, consequência do sistema de produção, cultivo e distribuição, monopolizado pela «fidalguia» (pequena e média nobreza provinciana) minhota e transmontana; em segundo lugar, resultava do mau estado da infra-estrutura rodoviária comarcal, provincial e nacional, facto que encarecia o custo do vinho ao ser transportado do interior para os portos do Porto e de Lisboa.

Exportações de vinho do Porto para o Brasil, Inglaterra e outros países de 1818 a 1820

(Quantidades em pipas; valores em milhões de cruzados)

[QUADRO N.º 7]

Anos	Brasil (a)	Inglaterra (b)	Outros países (c)	Total pipas (a+b+c)	Valor total (a+b+c)
1818	4 474	32 581	243	37 298	13,603
1819	6 604	19 253	287	26 144	10,074
1820	6 251	22 136	1 871	30 258	11,063

Fonte: elaboração própria a partir do AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I, *Registo de Mappas, Demonstrações e Tabelas*. Este registo, que abarca até 1830, foi conduzido pelo perito de contas Manuel Teixeira de Moraes e os seus dados parecem, depois de minuciosa confrontação com outros documentos, bastante fidedignos.

Sobretudo a partir de 1815-18, os exportadores de vinho do Porto para a Inglaterra tiveram de fazer frente ao problema da colocação dos excedentes não absorvidos pelo mercado inglês, devido à concorrência que os vinhos portugueses sofreram por parte dos provenientes de Espanha e do cabo da Boa Esperança, aliás muito mais baratos. Em contrapartida, as exportações de vinhos para o Brasil aumentaram durante estes mesmos anos; mas já a partir de 1822 só teriam ligeiros aumentos. Por outro lado, mesmo quando as exportações globais de vinho apresentaram uma ligeira subida entre 1825 e 1828, os valores não sofreram aumentos notáveis devido aos baixos preços que os produtos agrícolas atingiram nos mercados internacionais (ver quadros n.ºs 7 e 8).

Evolução das exportações de vinhos portugueses para as colónias e outros países de 1819 a 1828

[QUADRO N.º 8]

Anos	Quantidades (em pipas)	Valores (em milhões de cruzados)
1819	42 614	13,7
1820	48 424	14,3
1821	54 860	12,6
1822	54 889	13,6
1823	45 059	10,6
1824	39 633	9,2
1825	64 671	16,9
1826	54 595	10,5
1827	60 095	13,2
1828	59 618	13,7

Em 1820, o consumo de vinhos no Brasil foi da ordem das 20 000 pipas, das quais aproximadamente 8000 iam de Portugal e cerca de 12 000 de países mediterrânicos europeus.

Os vinhos portugueses, para entrarem em Inglaterra, pagavam uma taxa que equivalia a 130 % sobre o seu preço de origem, enquanto os produtos ingleses importados por Portugal satisfaziam ao entrar um direito aduaneiro de 15 % sobre o seu valor, conforme o estipulado no tratado bilateral de 1810¹³. Em 1825, o défice da balança comercial portuguesa foi de 1150 milhões de cruzados.

O vinho de embarque — qualidade exportável que não inclui o vinho do Porto — facturado pela barra do Porto de 1818 a 1820 também sofreu um retrocesso notável desde 1819, que foi do teor expresso no quadro n.º 9¹⁴.

Vinho de «embarque» exportado pela barra do Porto de 1818 a 1820

[QUADRO N.º 9]

Anos	Pipas exportadas
1818	37 551
1819	26 293
1820	31 708

Por outro lado, embora a exportação total de vinhos portugueses para os mercados tradicionais (Inglaterra, Brasil) tenha sofrido diminuições ou apenas ligeiros incrementos, em 1820 aumentou a exportação dirigida para outros mercados. O vinho da região duriense, embarcado no Porto, repre-

¹³ *Algumas Observações sobre o Commercio de Portugal, por Um Portuguez, Lisboa, 1820, pp. 6-17.*

¹⁴ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. 1,

sentou mais de 58 % do total de vinho exportado saído de todos os lugares de embarque.

Os portos de embarque de vinhos em Portugal eram os de Lisboa, Porto, Viana, Figueira, Setúbal, Faro, Aveiro e Caminha. Daí saíam os vinhos do Porto (demarcado e fino) e os denominados «de embarque», mais correntes, mas tanto uns como os outros apreciados nos seus locais de destino. A exportação dos ditos vinhos para a Inglaterra, o Brasil e outros países europeus registou um movimento que, expresso em pipas, apresentou, entre 1818 e 1820, o aspecto patenteado pelo quadro n.º 10¹⁵.

Evolução das exportações de vinhos do Porto e de «embarques» para o Brasil, Inglaterra e outros países europeus de 1818 a 1820

[QUADRO N.º 10]

Anos	Quantidades em pipas		
	Inglaterra	Brasil	Outros países
1818	34 310	15 920	1 111
1819	26 782	21 087	1 005
1820	30 683	22 071	3 351

Dos quadros sobre exportação vinícola analisados podem retirar-se algumas considerações. Por exemplo, o refluxo da procura de vinhos — registado desde 1818-19 — teve de influir, e não pouco, no ânimo e nas opções políticas da burguesia comercial para tornar possível uma mudança política, económica e social como a de 1820 em Portugal. Assim, o decréscimo das exportações de vinhos, em particular dos que se dirigiam para o Brasil, influenciou as medidas adoptadas pelas Cortes liberais, medidas tendentes a manter a citada colónia.

Quantidades e valores do vinho fino português exportado para a Inglaterra e territórios coloniais de 1815 a 1830
(Base, 1815-16 = 100)

[QUADRO N.º 11]

Anos	Quantidades	Valores
1815-16	100	100
1817-18	124,2	122,5
1819-20	87,7	87,9
1821-22	107,1	94,6
1823-24	89,7	72,2
1825-26	136,7	108,6
1827-28	120,5	102,5
1829-30	84,6	70,3

Fonte: elaboração própria a partir do AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I, *Registo de Mappas* [...], cit.

¹⁵ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I.

Aliás, é necessário ressaltar que de 1818 a 1830 se verificam constantes oscilações nas exportações de vinhos finos portugueses para a Inglaterra e para as colónias e, de um modo geral, a tendência é para baixarem em quantidades e em valores, com excepção de 1825-26 (ver quadro n.º 11). Esta dupla situação — queda das exportações de vinhos do Porto e baixo preço dos produtos agrícolas — influiu de modo bastante virulento nas zonas produtoras dos vinhos demarcados, com as do Minho e de Trás-os-Montes. E, por outro lado, tal situação é claramente detectável na conjuntura político-ideológica e social da época; reflectindo-se nitidamente nas lutas civis entre os liberais e os absolutistas (miguelistas), de 1822 a 1834.

Chegaremos a resultados semelhantes, particularmente no tocante aos baixos preços, se procedermos à quantificação da evolução geral da exportação de vinhos não demarcados enviados para o exterior (Europa e colónias) entre 1819 e 1828. O resultado é o registado no quadro n.º 12, tomando como base os valores e quantidades de 1819 a 1820, expressos em números-índice ¹⁶.

Evolução da exportação de vinhos «não demarcados» para a Europa e colónias portuguesas de 1818 a 1828
(Base 1819-20 = 100)

[QUADRO N.º 12]

Anos	Quantidades	Valores
1819-20	100	100
1821-22	120,5	93,9
1823-24	93,2	70,8
1825-26	131,0	97,8
1827-28	131,4	96,4

Evolução da importação de artigos de lã ingleses e da exportação de vinhos portugueses para a Grã-Bretanha de 1814 a 1824

[QUADRO N.º 13]

Anos	Importação de artigos de lã inglesa (em milhões de cruzados)	Exportação de vinhos portugueses (em milhões de cruzados)
1814	9,228	9,540
1815	6,740	12,250
1816	5,031	5,790
1817	5,745	9,810
1818	3,916	12,296
1819	3,871	7,927
1820	4,191	7,941
1821	4,039	7,910
1822	3,672	9,158
1823	4,005	7,207
1824	4,599	6,013
Total	55,037	95,842

¹⁶ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I.

No que respeita à importação de artigos de lã manufacturados provenientes de Inglaterra e à exportação de vinhos portugueses para a Grã-Bretanha, a balança comercial portuguesa mostra, neste caso particular, um saldo favorável durante o período compreendido entre 1814 e 1825, como aparece detalhado no quadro n.º 13¹⁷.

Mas o saldo definitivo na totalidade das trocas entre os dois países durante o mesmo período é desfavorável a Portugal, com um défice de 116 milhões de cruzados.

Passemos agora a analisar a evolução das exportações e importações de Portugal referidas a outros artigos e produtos. E comecemos pela seda exportada para o Brasil e outros territórios coloniais (ver o quadro n.º 14).

Evolução dos valores da seda manufacturada portuguesa exportada para o Brasil e outros territórios coloniais de 1814 a 1825

(Base 1814-15 = 100)

[QUADRO N.º 14]

Anos	Seda manufacturada nacional(a)	Seda procedente do estrangeiro
1814-15	100	100
1816-17	141,6	46,5
1818-19	144,3	34,5
1820-21	171,7	14,1
1822-23	65,9	5,5
1824-25	92,3	4,8

(a) Adverte-se que não se pode confiar na denominação «seda manufacturada nacional» que aparece nos documentos. Sabemos que, devido ao atraso técnico da indústria portuguesa neste ramo, durante estes anos, grande parte da seda provinha do exterior.

Fonte: AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, *Registo dos Mappas* [...]

Evolução do valor dos tecidos de lã e de algodão importados de Inglaterra de 1815 a 1830

(Base 1815-16 = 100)

[QUADRO N.º 15]

Anos	Tecidos de algodão	Tecidos de lã
1815-16	100	100
1817-18	75,2	81,8
1819-20	85,4	68,4
1821-22	107,9	65,5
1823-24	85,4	73,1
1825-26	76,7	55,2
1827-28	76,4	40,5
1829-30	73,2	50,1

Fonte: AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, *Registo dos Mappas* [...]

¹⁷ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. I.

Parte da seda manufacturada portuguesa, que era depois vendida no Brasil, provinha de outros países (reexportação), pois, como já referi, não se produzia em quantidade suficiente em Portugal. As exportações de seda, tanto da nacional como da reexportada, diminuem claramente desde 1822, como mostra o quadro n.º 14. E verifica-se a mesma queda nas importações de artigos de algodão e de lã provenientes de Inglaterra. Os primeiros destinavam-se, em geral, ao abastecimento do mercado interno português, posto que não se fabricavam no País, mas, além disso, grande parte era reexportada para o Brasil (ver quadro n.º 15).

A queda das importações de tecidos de algodão e, em menor medida, das manufacturas de lã a partir de 1823 (os quais procediam maioritariamente de Inglaterra) indica, provavelmente, dois factos: a) a fraqueza das manufacturas portuguesas na penetração do mercado brasileiro, que até então compensara o escasso consumo interno em Portugal; b) a contracção da procura brasileira de outros produtos procedentes da metrópole — bastante mais significativos no resultado final da balança comercial desta —, como os vinhos. Situação que, em primeiro lugar, tratei de ilustrar e clarificar neste artigo. No que toca à procedência dos artigos importados de lã e de algodão, os primeiros abastecedores de algodão eram: a Inglaterra, com um valor total de 28,8 milhões de cruzados, seguida da Espanha (Castela), com 6,2 milhões de cruzados; a França, com 128,8 milhares de cruzados; a Holanda, com 116,2 milhares de cruzados; Hamburgo, com 110 milhares de cruzados, e a Itália, com pouco mais de 4000 cruzados. A importância investida na compra de lãs atingiu na balança comercial, no período que vai de 1814 a 1830, um valor total de 35,4 milhões de cruzados ¹⁸.

Evolução das importações de artigos de lã, manufacturada ou semielaborada, destinadas a Portugal e provenientes de vários países de 1815 a 1830

(Base 1815-16 = 100)

[QUADRO N.º 16]

Anos	Inglaterra	Espanha	Holanda	França	Hamburgo
1815-16	100	100	100	100	100
1817-18	83,6	50,8	116,1	29,7	94,1
1819-20	69,9	32,7	34,6	7,3	63,4
1821-22	66,9	17,9	116,2	15,8	150,1
1823-24	74,6	33,1	56,8	19,1	170,3
1825-26	56,4	96,4	60,9	77,7	189,9
1827-28	41,4	9,4	5,9	62,8	180,7
1829-30	53,4	1,6	2,7	34,9	163,2

Fonte: AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, *Registo dos Mappas* [...]

As importações gerais provenientes da França manifestam, para o mesmo período, um aumento leve, se bem que significativo, paralelo ao aumento do contrabando de lãs semielaboradas ou manufacturadas vindas de Espanha (Castela), a par com o decréscimo das importações legais, como se pode observar no quadro n.º 16.

¹⁸ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. 1.

Por outro lado, foram menores, de 1820 a 1821, as importações de farinhas estrangeiras. Facto que, em grande medida, é consequência da legislação proibicionista em matéria de cereais panificáveis, aprovada pelas primeiras Cortes constitucionais de 1820. O resultado das importações de farinhas estrangeiras durante o período de 1819 a 1821 apresenta-se como se indica no quadro n.º 17¹⁹.

Quantidades e custos das importações de farinhas estrangeiras durante o período compreendido entre 1819 e 1821

[QUADRO N.º 17]

Anos	Quantidade (arrobas)	Preço por arroba (réis)	Valor total do importado (cruzados)
1819	1 729	1 150	1 988 350
1820	597	1 450	865 650
1821	547	1 500	820 500

Outros artigos comestíveis, como o bacalhau, a manteiga e o queijo, continuaram a ser importados em grande quantidade e a mais altos preços; é o caso do bacalhau, uma das fontes proteicas fundamentais do português comum, do qual se importou, entre 1819 e 1829, um total de 3,1 milhões de quintais por 13,3 milhões de cruzados. Entre 1824 e 1829 importaram-se mais de 1 milhão de sacos de arroz, procedentes, na sua maior parte, do Brasil, por um valor de 3,3 milhões de cruzados²⁰.

O Brasil era o primeiro consumidor dos produtos fabricados em Portugal ou das mercadorias reexportadas e, por seu turno, o principal abastecedor de artigos (exceto metais preciosos) que se dirigiam para Lisboa e Porto, sendo, a partir daí, novamente reexportados em grande parte. Por isso, é importante precisar que, entre 1814 e 1825, a balança comercial portuguesa apresentou um saldo negativo em relação ao Brasil de 13,6 milhões de cruzados (exportações: 91 milhões de cruzados; importações: 104,7 milhões de cruzados), segundo o cálculo realizado aproximadamente e tendo em conta os erros documentais. A resultados semelhantes conduz a análise do valor das exportações e importações entre Portugal e as colónias de 1814 a 1825 (ver quadro n.º 18).

Quanto ao movimento comercial entre Portugal e os outros países, durante o mesmo período, o resultado mostra-se desfavorável ao primeiro, apresentando um défice total de 35,2 milhões de cruzados (exportações: 157,3 milhões de cruzados; importações: 192,5 milhões de cruzados). Estes resultados também traduzem a perda progressiva do mercado brasileiro, que era, simultaneamente, importador e exportador e o principal abastece-

¹⁹ AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, liv. 1, *Registo de Mappas, Demonstrações e Tabelas: Resposta aos Quesitos abaixo Mencionados Exigida pela Secretaria dos Negócios da Fazenda para Cumprimento da Ordem das Cortes, Geraes, e Extraordinarias*, fólio 4, anverso.

²⁰ Id., *ibid.* No documento especifica-se que o bacalhau era quase todo importado de Inglaterra, procedendo pequenas quantidades dos Estados Unidos, Suécia e Hamburgo. O queijo e a manteiga procediam dos Países Baixos, Itália, Inglaterra, Holanda e França.

dor das reexportações portuguesas para outros países. Por seu lado, a importância do mercado brasileiro era vital para o Portugal do antigo regime, pois 41 % do que era vendido no exterior procediam do Brasil e 12 % eram constituídos por artigos procedentes de outros países (manufaturas de lã e algodão, principalmente), distribuindo-se a percentagem restante do seguinte modo: produtos portugueses de origem agrícola, 39 %; produtos coloniais africanos e asiáticos, 2 % e 5 % respectivamente.

Evolução dos valores totais de exportações e importações entre Portugal e as suas colónias de 1814 a 1825

(Base 1814-15 = 100)

[QUADRO N.º 18]

Anos	Exportações	Importações
1814-15	100	100
1816-17	142,5	109,9
1818-19	103,9	95,6
1820-21	66,8	70,1
1822-23	47,2	55,1
1824-25	45,4	34,4

Fonte: AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, *Registo dos Mappas* [...]

Estas características de estrutura interna do comércio português no antigo regime explicam, em parte, a profunda comoção política, económica e social em que se traduziu para Portugal a perda do Brasil. Também se ficou a dever à atonia exportadora portuguesa, particularmente visível desde 1816-17, relativamente às trocas comerciais com outros países (ver quadro n.º 19).

Evolução dos valores das importações e exportações portuguesas com outros países de 1814 a 1825

(Base 1814-15 = 100)

[QUADRO N.º 19]

Anos	Exportações	Importações
1814-15	100	100
1816-17	85,9	71,1
1818-19	75,9	72,6
1820-21	58,5	56,9
1822-23	51,1	51,1
1824-25	51,9	54,9

Fonte: AHMOP, Superintendência-Geral dos Contrabandos, *Registo dos Mappas* [...]

O ouro brasileiro, principal parcela das exportações da colónia para a metrópole — como se pode ver pelas deficientes balanças de 1796 a 1810 —, serviu para apoiar durante algum tempo o já enfermo antigo sistema; mas, a partir de 1815, a situação começa a inverter-se devido,

em grande medida, à perda de facto da antiga colónia. A resposta à mudança da situação não se faria esperar muito em Portugal: a revolução político-liberal de 1820. Como apontámos no começo, pretendia-se, talvez, dissimular o desastre através das medidas constitucionais.

Assim, não é estranho que uma das maiores preocupações da Comissão Constitucional dos Comerciantes Portuenses, os mais afectados, nomeada em 1822 para estudar as causas da queda das exportações, se preocupasse fundamentalmente em «investigar os entorpecimentos que obstão ao progresso do nosso commercio com o Brasil [...] por ser elle o que certamente emprega a maior parte dos cabedaes dos portuguezes»²¹.

À maneira de resultados provisórios, ou, melhor, de hipóteses de trabalho que poderão ser de utilidade para focar nitidamente a análise dos problemas gerados na agricultura e na incipiente indústria portuguesas pela independência do Brasil, em 1822, julgo que se podem formular claramente três das conclusões a que podemos chegar com este estudo, fazendo notar também a sua complementaridade e íntima ligação:

- 1.º A queda das exportações de vinhos finos para o mercado brasileiro aumentou claramente as tensões sociais nos meios rurais do Minho e de Trás-os-Montes, convertendo-se, assim, num dos factores de capital importância para a explicação da reacção «miguelista» no Norte e no Nordeste do País;
- 2.º A queda da procura brasileira de produtos manufacturados procedentes da metrópole (caso dos tecidos de algodão, lã e seda, à parte os utensílios de ferro), que até então compensara o pouco consumo interno de manufacturas em Portugal, coadjuvou a fraqueza e o escasso desenvolvimento do sector industrial metropolitano;
- 3.º A debilidade da fracção burguesa industrialista e proteccionista portuguesa, perante a que representava os interesses mercantis e livre-cambistas, com pouco peso específico nos órgãos de decisão políticos e económicos, tanto no período significativo de 1820-23, como nos períodos posteriores a 1834.

²¹ *Resultados dos Trabalhos da Comissão de Commercio da Praça do Porto, Creada por Ordem das Cortes Constituintes de 28 de Agosto de 1821, ácerca dos Estorvos Que Dificultarão o mesmo Commercio e de Diversos Objectos sobre Que Foi Consultada*, Porto, Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1823, pp. 57-59.

Ver as balanças comerciais de 1796, 1803 e 1808 em BNL, códs. 235, 478, 10 e 479. Sobre as suas rectificações, A. Balbi, *Variétés Politico-Statistiques sur la Monarchie Portugaise*, Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.